



2024

Relatório Conselho de Administração

13

Índice

1. Introdução
2. Ambiente Macroeconómico
3. Evolução do mercado de Seguros em Portugal
4. Atividade da Sociedade
5. Indicadores de negócio 2024
6. Perspetivas 2025
7. Outras Informações
8. Proposta de aplicação de resultados
9. Agradecimentos
10. Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento da Lei e dos estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório de Gestão e as Contas da Median Corretores de Seguros, SA, relativos ao ano de 2024.

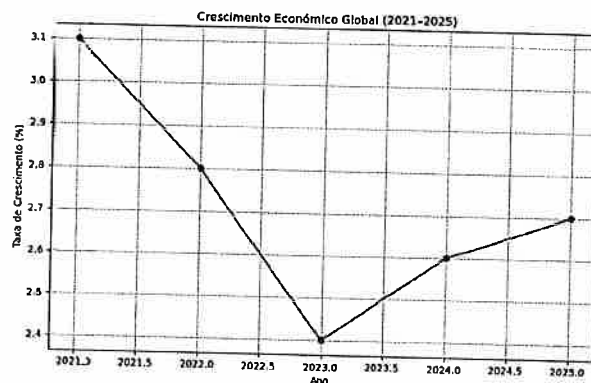
1. Introdução

A Median – Corretores de Seguros, SA., doravante “Sociedade” ou “MEDIAN” ou “EMPRESA”, é uma das mais antigas sociedades de Corretagem de Seguros a operar em Portugal, reconhecida pela sua capacidade técnica e projeção internacional. O repositório da história e da evolução de várias marcas que ao longo de mais de um século ocuparam o panorama da corretagem de seguros em Portugal. Desde 2023 passou a integrar o Grupo Concentra, que tem vindo a consolidar e solidificar a sua posição no mercado ibérico.

2. Ambiente Macroeconómico

2.1 Visão Global

O ano de 2024 foi marcado por uma estabilização do crescimento económico global, após três anos de volatilidade. A economia mundial cresceu a uma taxa de 2,6%, com uma previsão de aumento para 2,7% em 2025, no entanto, este crescimento ainda está abaixo da média pré-pandemia de 3,1%.

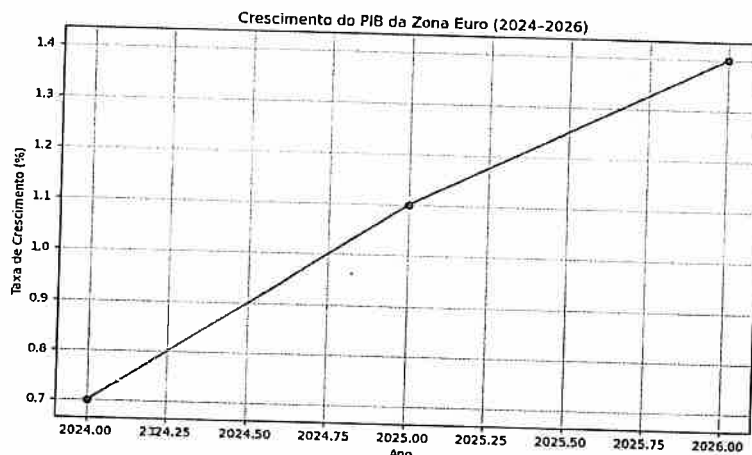


A inflação começou a desacelerar em várias regiões, especialmente nos Estados Unidos e na Zona do Euro, onde as taxas de inflação anualizadas foram de 3,4% e 2,9%, respetivamente.

Os bancos centrais mantiveram políticas monetárias restritivas para combater a inflação persistente.

2.2 Europa

Na Europa, a economia da Zona do Euro mostrou sinais de recuperação gradual. O crescimento do PIB real foi de 0,7% em 2024, com projeções de aumento para 1,1% em 2025 e 1,4% em 2026.



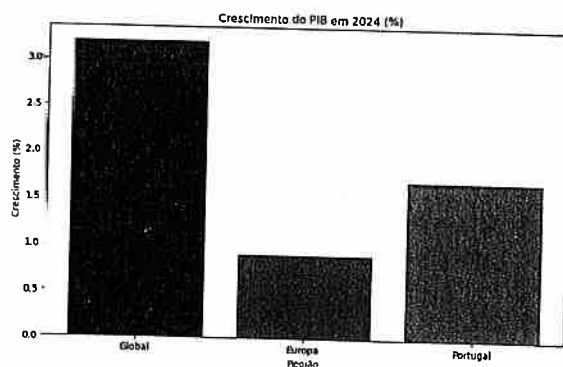
A inflação na Zona do Euro foi controlada, com expectativas de estabilização em torno de 2% a partir do segundo trimestre de 2025.

A recuperação foi impulsionada pelo aumento dos salários reais e do emprego, além de uma diminuição na restritividade das condições de financiamento

No entanto, a incerteza geopolítica, especialmente devido à guerra na Ucrânia, continuou a impactar negativamente a economia.

2.3 Portugal

Em Portugal, o crescimento económico foi robusto, com o PIB real a crescer a uma taxa de 2,0% em 2024.

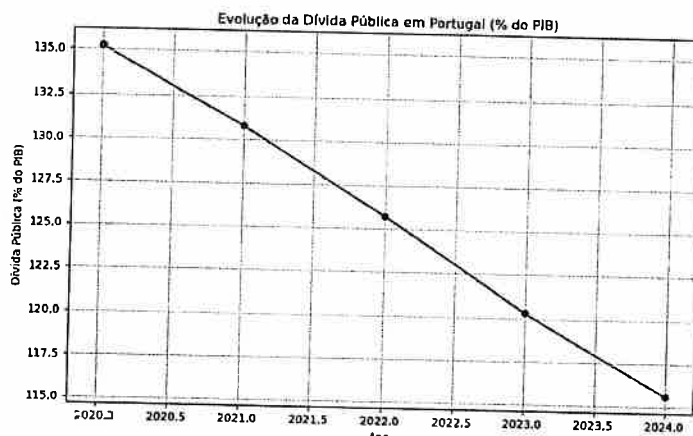


Este crescimento foi impulsionado pela forte demanda externa e pelo aumento do consumo privado.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As contas externas mantiveram um excedente claro, com a Balança de Bens e Serviços registando excedentes entre 1,8% e 2,1%.

A inflação foi controlada, e o saldo orçamental apresentou excedentes, contribuindo para a redução do peso da dívida pública no PIB.



O mercado de trabalho permanece dinâmico, com a taxa de desemprego abaixo de 7%.

Conclusão

O ambiente macroeconómico de 2024 apresentou desafios e oportunidades. A estabilização do crescimento global, a recuperação gradual na Europa e o desempenho robusto de Portugal são sinais positivos. No entanto, a incerteza geopolítica e a necessidade de políticas económicas prudentes continuam a ser fatores críticos para o futuro.

3. Evolução do Mercado de Seguros em Portugal

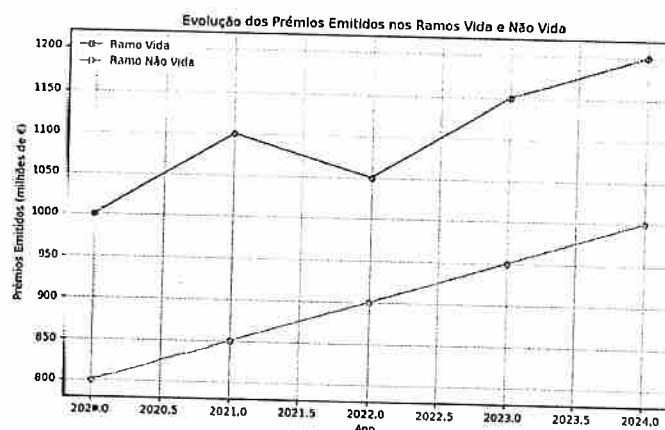
Em 2024, o mercado de seguros em Portugal apresentou um crescimento significativo e várias tendências importantes. Aqui estão os principais pontos:

Crescimento do Mercado

Produção Global de Seguro Direto: A produção global de seguro direto aumentou 21,1% em relação ao final de 2023, totalizando cerca de 14,3 mil milhões de euros.

- **Ramo Vida:** O ramo Vida teve um crescimento notável de 34,9%, impulsionado principalmente pelos seguros de Vida Não Ligados, que cresceram 34%. Os PPR registaram um crescimento de 49,6%.
- **Ramos Não Vida:** Os ramos Não Vida cresceram (10,4%), com destaque para o ramo Doença (17,5%), Automóvel (9,9%), Acidentes de Trabalho (9,7%) e Incêndio e Outros Danos (8%)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

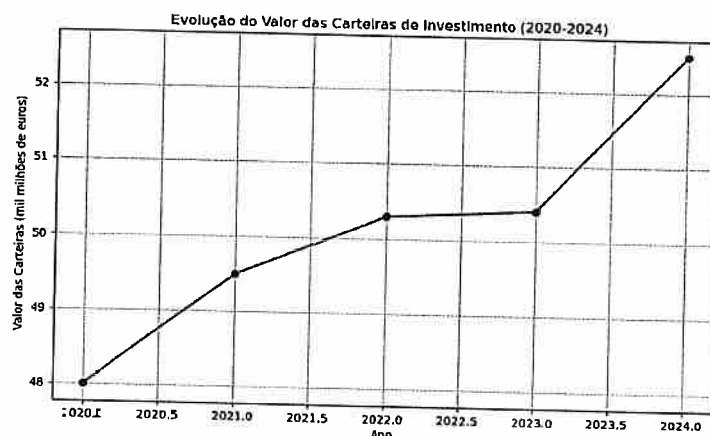


Pagamentos de Seguros

- **Montantes Pagos:** Os montantes pagos de seguro direto diminuíram 4,7%. No ramo Vida, houve uma redução de 12,5%, enquanto os ramos Não Vida apresentaram um aumento de 10,3%.

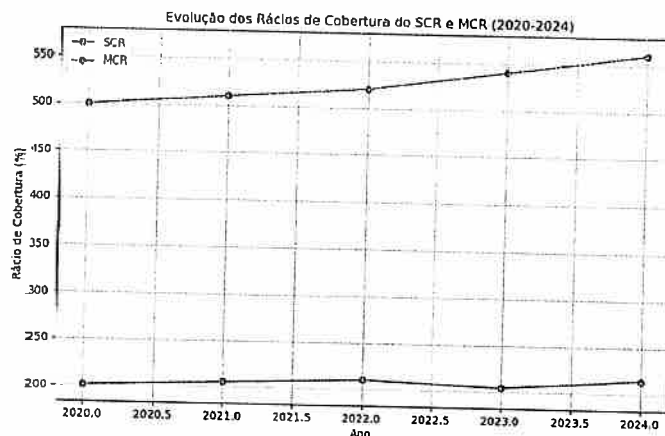
Investimentos e Solvência

- **Carteiras de Investimento:** O valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 52,5 mil milhões de euros, um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior.



- **Provisões Técnicas:** O volume de provisões técnicas foi de 43,7 mil milhões de euros.
- **Solvência:** O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) foi de 207%, enquanto o rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) foi de 545%, ambos refletindo aumentos em relação ao final de 2023.

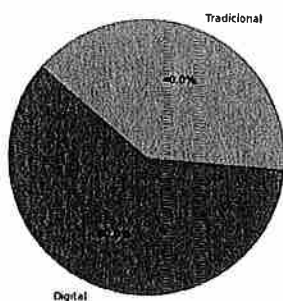
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



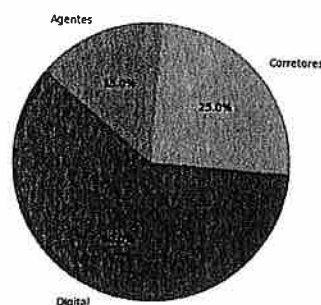
Tendências e Inovações

- **Digitalização e Tecnologia:** A adoção de inteligência artificial e integração de dados tem revolucionado as operações das seguradoras, melhorando a eficiência operacional e a experiência dos clientes.
- **Sustentabilidade:** O mercado segurador está incorporando princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas estratégias, com maior transparência e gestão de riscos climáticos.
- **Novas Demandas:** A crescente procura por seguros cibernéticos e a adaptação aos seguros às mudanças no sistema de saúde pública e gestão de riscos naturais, como sismos, são tendências emergentes.
- **Canal Digital:** Continuação da tendência crescente do peso da distribuição através do canal digital (60%), sendo que no canal tradicional 25% da distribuição é efetuada pelos corretores de seguros e 15% pelos mediadores.

Distribuição de Produtos por Canal de Venda



Distribuição de Produtos por Canal de Venda



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As empresas supervisionadas pela ASF representaram **90,5%** do mercado, com **13 mil milhões de euros** em prémios.

Mantendo-se inalterado o número de mediadores de resseguro a operar em Portugal (16), o número de Corretores segue a mesma tendência havendo menos um operador no mercado fixando-se neste momento nos 68 Corretores ativos. Existem menos 200 Agentes a operar no mercado (10.199), por força da diminuição do número de pessoas singulares nesta categoria, uma vez que se registam mais 43 operadores, pessoas coletivas, a operar face a 2023.

Atualizações Regulatórias

A **Norma Regulamentar n.º 11/2024-R**, publicada pela ASF, introduziu alterações significativas na forma como as empresas de seguros devem divulgar informações sobre **Planos de Poupança-Reforma (PPR)**. Os principais objetivos foram:

- **Aumentar a transparência e a comparabilidade** entre produtos.
- **Alargar o âmbito de aplicação** da norma a PPR financiados por fundos autónomos, quer ligados ou não a fundos de investimento.
- **Atualizar fórmulas de cálculo** de comissões (subscrição, transferência, reembolso) e da taxa de rendibilidade.
- **Introduzir indicadores de risco** para produtos ligados a fundos de investimento ou fundos de pensões

4. Atividade da Sociedade

Em 2024, consolidou-se a integração global da empresa no Grupo Concentra.

Assumimos a gestão de todos os negócios internacionais do Grupo na qualidade de Unidade de Negócio Internacional. Realizámos a integração de equipas com a MELIOR, outra empresa do GRUPO CONCENTRA em Portugal, reforçando conjuntamente as capacidades de gestão de carteiras de seguros empresariais.

Mantivemos a nossa participação nos órgãos de gestão de diversas redes internacionais, contribuindo ativamente para as atividades destas organizações e destacando-nos como participantes de referência nos mercados português e espanhol.

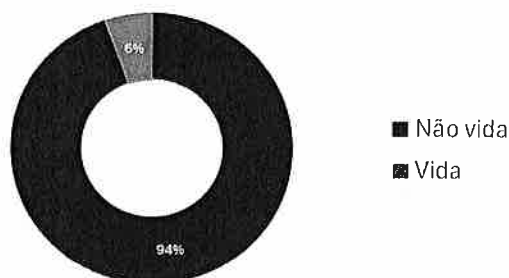
Com a criação da plataforma Concentra Flex, a empresa iniciou a promoção da mesma junto dos seus clientes alargando a sua oferta de serviços e respondendo às necessidades de mercado.

Foram integrados nos quadros 2 novas pessoas com o objetivo de reforçar o acompanhamento aos clientes.

Foi iniciado um exercício de otimização de recursos utilizando as sinergias de grupo, que irá ter continuidade em 2025.

5. Indicadores de Negócio 2024

O volume dos prémios totais cobrados foi de € 11.475.777,64, distribuídos pelos ramos não vida e vida, respetivamente, em € 10.837.302,17 e € 638.475,47.



Legenda: Distribuição da carteira, por ramo (%)

Os indicadores da empresa mantiveram-se estáveis face a 2023, com variações negativas residuais, com exceção do indicador de liquidez geral, que apresenta uma variação positiva de 8,46 p.p., sendo uma situação pontual e transitória, não sendo necessária nenhuma medida para inversão da situação.

Rácios	2024	2023	Variação
Autonomia Financeira (capital próprio/ativo 15%)	28,72%	28,86%	-0,14 p.p.
Solvabilidade (capital próprios/passivo 20%)	40,29%	40,57%	-0,28 p.p.
Liquidez Geral (ativo corrente/passivo corrente 100%)	140,22%	131,76%	8,46 p.p.

Índices apurados de acordo com a Lei de Distribuição de Seguros

A empresa não apresenta dívida financeira no exercício findo. No passivo, assumia particular relevo a rubrica de “outras contas a pagar” no valor de € 351.711, sendo no essencial, respeitante a valores a pagar a pessoal, agentes e outros parceiros e empresas do grupo. O valor da conta Fornecedores deverá ser lido em conjunto com a conta de Ativo de Clientes, que correspondem a recibos pendentes de cobrança de clientes.

Em termos de ativo, de destacar a variação em Outros Ativos Financeiros (€ - 153.536), essencialmente pela venda em janeiro de 2024 das 133 unidades de participação que a empresa detinha, por decisão do acionista. Os valores em Caixa e Depósitos Bancários, € 687.129, correspondem a € 381.331 em contas clientes e € 297.682 em contas património e € 8.116 de caixa. As “outras contas a receber”

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

no valor de € 941.079, respeitantes a saldos Intra grupo e comissões a receber de seguradoras a título de acordos comerciais.

Balço em 31/12/2024 e 31/12/2023		Moeda: EUR	
ATIVO	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023	Varição
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	848	2 940	-71%
Outros investimentos financeiros	1 233	154 770	-99%
	2 081	157 710	-99%
Ativo corrente			
Clientes	2 271 953	1 507 775	51%
Adiantamento a fornecedores	-	57 180	-100%
Estado e outros entes públicos	1 780	-	-
Outros créditos a receber	941 079	191 507	391%
Diferimentos	1 676	209	702%
Caixa e depósitos bancários	687 129	603 493	14%
	3 903 616	2 360 163	65%
Total do ativo	3 905 697	2 517 873	55%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023	
Capital próprio			
Capital subscrito	100 000	100 000	0%
Reservas legais	22 406	22 406	0%
Outras reservas	33 239	33 239	0%
Resultados transitados	315 342	4 823	6439%
	470 987	160 468	194%
Resultado líquido do período	650 787	566 204	15%
Total do capital próprio	1 121 774	726 672	54%
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
	-	-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	2 366 448	1 466 471	61%
Adiantamentos de clientes		28 077	-100%
Estado e outros entes públicos	31 864	88 539	-64%
Outras dívidas a pagar	351 711	183 809	91%
Diferimentos	33 900	450	7433%
Outros passivos financeiros	-	23 855	-100%
	2 783 923	1 791 201	55%
Total do passivo	2 783 923	1 791 201	55%
Total do capital próprio e do passivo	3 905 697	2 517 873	55%

O **EBITDA** da empresa apresenta um crescimento de 9,06% face a 2023 (+ € 68.131).

Para este crescimento muito contribuíram as ações de otimização da estrutura e utilização de sinergias com uma redução 33,32% em Fornecimentos e Serviços Externos (- € 168.926) e Outros Gastos e Perdas com uma redução de 40% (€ - 79.934). Os Gastos com Pessoal apresentaram um crescimento de 42,26% (€ 144.656), justificado pelo reforço da equipa com 2 novos FTE's e ajustes salariais.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A receita bruta, apresenta valores muito próximos dos verificados em 2023 embora ligeiramente abaixo em 0,61% (€ - 9.940).

Em 31 de Dezembro, o número de Colaboradores afetos ao quadro da sociedade era de 8.

Demonstração de resultados por naturezas		Moeda: EUR	
RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023	Variação
Vendas e serviços prestados	1 607 956	1 617 896	99%
Fornecimentos e serviços externos	(338 002)	(506 928)	67%
Gastos com o pessoal	(486 952)	(342 296)	142%
Imparidade/ajustamentos de dívidas a receber (perdas / reversões)	(10 000)	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	(23 855)	0%
Aumentos / reduções de justo valor	-	15 489	0%
Outros rendimentos	186 407	210 907	88%
Outros gastos	(119 880)	(199 815)	60%
Ebitda	839 529	771 398	109%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(1 410)	(6 572)	21%
Ebit	838 119	764 827	110%
Juros e rendimentos similares obtidos	5 685	8 940	64%
Juros e gastos similares suportados	-	(52)	0%
Ebt	843 804	773 716	109%
Imposto sobre o rendimento do período	(193 017)	(207 512)	93%
Resultado líquido do período	650 787	566 204	115%

O **EBIT** foi de € 838.119, praticamente sobreponível com o **EBITDA**, uma vez que os ativos da empresa estão praticamente amortizados.

O resultado Líquido do exercício fixou-se em € 650.757, superior em € 84.583 ao valor obtido no ano anterior.

6. Perspetivas 2025

Dando continuidade à estratégia iniciada nos anos anteriores a empresa continuará a apostar no reforço do seu posicionamento junto das Networks Internacionais, e apoiará a extensão da presença do Grupo nas mesmas.

Como parte dessa estratégia, seremos organizadores de conferências internacionais, recebendo em Portugal e Espanha a visita de parceiros de negócios estrangeiros, o que fortalecerá ainda mais a nossa presença no mercado segurador internacional.

Adicionalmente daremos seguimento a programa de visitas a parceiros de negócios em geografias relevantes.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, será consolidada a estratégia de crescimento em Employee Benefits, com o reforço da promoção e implementação da Plataforma Concentra Flex junto dos seus clientes atuais e potenciais.

Iremos continuar o trabalho de otimização de recursos utilizando as sinergias das empresas que constituem o Grupo Concentra a nível ibérico.

7. Outras Informações

Segurança Social e Setor Público

Em cumprimento do disposto no art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, e no art.º 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, a Sociedade não tem dívidas vencidas à Segurança Social ou ao Sector Público Estatal.

Gestão do Risco

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes a registar.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado líquido do exercício foi positivo em € 650.757

O Conselho de Administração, propõe que o resultado do exercício seja afeto a resultados transitados.

9. Agradecimentos

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os clientes pela preferência e a confiança depositadas na sociedade.

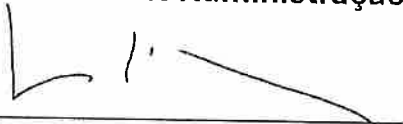
O Conselho de Administração reconhece e agradece a todos os Colaboradores o empenho, o comprometimento, os contributos e a entrega na transformação coletiva iniciada.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração deixa também uma palavra aos parceiros de negócio pela forma como contribuíram para o desenvolvimento do negócio e dos resultados alcançados.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento às autoridades de supervisão e controle, em particular à ASF, pela colaboração e apoio recebidos.

10. Conselho de Administração



Francisco Javier Lopez-Linares del Campo

Lisboa, 30 de maio de 2025



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Median – Corretores de Seguros, S.A.

31 de dezembro de 2024

Contribuinte n.º 500 189 390

Sede Social: Rua Embaixador Martins Janeira, n.º 14, 1.º e 2.º Piso

Capital Social: 100 000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

1
2

Balanço individual em 31 de dezembro de 2024 e 2023.....	2
Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.....	3
Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.....	4
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	5
Anexo às demonstrações financeiras	7
1. Nota introdutória	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	7
3. Principais políticas contabilísticas.....	8
4. Caixa e depósitos bancários.....	12
5. Participações financeiras	12
6. Ativos fixos tangíveis	12
7. Ativos intangíveis.....	13
8. Locações	14
9. Outros ativos financeiros	14
10. Clientes.....	15
11. Imparidade de ativos.....	15
12. Rédito	15
13. Provisões, passivos e ativos contingentes.....	16
14. Outros créditos a receber	16
15. Diferimentos ativos e passivos	16
16. Imposto Sobre o Rendimento	16
17. Capital próprio	17
18. Instrumentos Financeiros.....	17
19. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal e subsídios de estágios	18
20. Estado e outros entes públicos.....	18
21. Fornecedores.....	18
22. Outras dívidas a pagar.....	19
23. Fornecimentos e serviços externos	19
24. Depreciações de ativos.....	19
25. Juros e gastos e rendimentos similares.....	20
26. Variação de justo valor	20
27. Outros rendimentos	20
28. Outros gastos	20
29. Resultado por ação.....	20
30. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras	21
31. Partes relacionadas	21
32. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros.....	22
33. Eventos subsequentes.....	24
34. Informações exigidas por diplomas legais	24
35. Outras divulgações	24

Balanco Individual em 31 de dezembro de 2024 e 2023

ATIVO		Notas	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		6	848	2 940
Outros investimentos financeiros		5, 9	1 233	154 770
			2 081	157 710
Ativo corrente				
Clientes		10, 31, 32	2 271 953	1 507 775
Adiantamento a fornecedores			-	57 180
Estado e outros entes públicos		20	1 780	-
Outros créditos a receber		14	941 079	191 507
Diferimentos		15	1 676	209
Caixa e depósitos bancários		4, 32	687 129	603 493
			3 903 616	2 360 163
			3 905 697	2 517 873
Total do ativo				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito		17	100 000	100 000
Reservas legais		17	22 406	22 406
Outras reservas		17	33 239	33 239
Resultados transitados		17	315 342	4 823
			470 987	160 468
Resultado líquido do período			650 787	566 204
Total do capital próprio			1 121 774	726 672
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivo corrente				
Fornecedores		21, 31, 32	2 366 448	1 466 471
Adiantamentos de clientes			-	28 077
Estado e outros entes públicos		16, 20	31 864	88 539
Outras dívidas a pagar		22	351 711	183 809
Diferimentos		15	33 900	450
Outros passivos financeiros			-	23 855
			2 783 923	1 791 201
Total do passivo			2 783 923	1 791 201
Total do capital próprio e do passivo			3 905 697	2 517 873

O Contabilista Certificado

Martha Bragante

A Administração

[Assinatura]

7/10

Demonstração individual dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023
Vendas e serviços prestados	12, 32	1 607 956	1 617 896
Fornecimentos e serviços externos	23	(338 002)	(506 928)
Gastos com o pessoal	19	(486 952)	(342 296)
Imparidade/ajustamentos de dívidas a receber (perdas / reversões)	10, 11	(10 000)	-
Provisões (aumentos / reduções)	13	-	(23 855)
Aumentos / reduções de justo valor	26	-	15 489
Outros rendimentos	27	186 407	210 907
Outros gastos	28	(119 880)	(199 815)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		839 529	771 398
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	(1 410)	(6 572)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		838 119	764 827
Juros e rendimentos similares obtidos	25, 32	5 685	8 940
Juros e gastos similares suportados	25	-	(52)
Resultado antes de impostos		843 804	773 716
Imposto sobre o rendimento do período	16	(193 017)	(207 512)
Resultado líquido do período	29	650 787	566 204

O Contabilista Certificado

Paula Branquinho

A Administração

L. I.

[Handwritten mark]

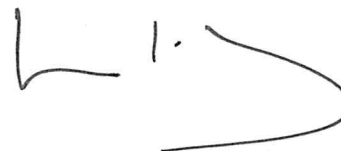
Demonstração individual dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2024	Exercício findo a 31/12/2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		8 771 410	12 076 700
Pagamentos a fornecedores		(7 519 609)	(11 281 084)
Pagamentos ao pessoal		(445 460)	(239 077)
Caixa gerada pelas operações		806 342	556 539
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(250 786)	(218 393)
Outros recebimentos/pagamentos		418 632	(138 190)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		974 188	199 056
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(4 855)
Outros ativos		(975 000)	-
Investimentos financeiros		84 448	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(890 552)	(4 855)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(500 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(500 000)
Varição de caixa e seus equivalentes (1-2+3)		83 636	(304 899)
Efeito das diferenças de câmbio		-	52
Caixa e seus equivalentes no início do período	4, 32	603 493	908 341
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 32	687 129	603 493

O Contabilista Certificado



A Administração





Demonstração individual das alterações no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						
Notas						
	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 01 de janeiro de 2024	100 000	22 406	33 239	4 823	566 204	726 672
Alterações no período	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	650 787	650 787
Resultado integral	-	-	-	-	650 787	650 787
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	(255 685)	(566 204)	(255 685)
Outras operações	-	-	-	566 204	(566 204)	-
Posição em 31 de dezembro de 2024	100 000	22 406	33 239	310 519	650 787	1 121 774

O Contabilista Certificado

Porto Branco

A Administração

[Signature]

Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

Notas							
Capital	Reservas	Outras	Resultados	Resultado	Total do		
Subscrito	legais	reservas	transitados	líquido do	Capital Próprio		
100 000	22 406	33 239	403 729	507 761	1 067 134		
						-	-
						566 204	566 204
						566 204	566 204
						-	-
						(906 667)	(906 667)
						507 761	(507 761)
						(398 906)	(507 761)
						4 823	566 204
100 000	22 406	33 239	4 823	566 204	726 672		

Posição em 01 de janeiro de 2023

Alterações no período

Resultado líquido do período

Resultado Integral

Operações com detentores de capital no período

Distribuições

Outras operações

Posição em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

Reitor Barquero

A Administração

1. S

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota Introdutória

A Median Corretores de Seguros, S.A. (adiante designada por "Sociedade" ou "Median") é uma sociedade anónima constituída em novembro de 1974, sendo constituída como uma sociedade por quotas foi transformada em sociedade anónima em 2008, e tem a sua sede social na Rua Embaixador Martins Janeira, nº 14, 1º e 2º Piso em Lisboa, desde 2024. A sociedade tem como objeto social a corretagem, mediação e consultoria de seguros, e a sua atividade encontra-se regulada pela norma da ASF nº 13/2020-R de 30 de dezembro de 2020.

A Sociedade é detida a 100% pela Concentra Inversiones, S.L., com sede em Madrid, Espanha.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião 30 maio de 2025 e consideram-se definitivas após aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (notas 16, 17 e 24).

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

i) Comparabilidade das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística, sendo comparáveis no período à exceção do referido na Nota 12.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Median são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas calculadas pelo método da linha reta e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas, que resultam do DR 25/2009 de 14 de setembro, correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Intervalo de vida útil	Taxas
Equipamento administrativo	[3 a 10 anos]	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	[1 a 3 anos]	100,00% - 33,33%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado com a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade são constituídos por programas de computador

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Programas de computador	[3 anos]

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4 Participações financeiras

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Sociedade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sociedade nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Sociedade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5 Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para as pequenas e médias empresas, sendo os primeiros 50 000€, da matéria coletável, tributados à taxa de 17% e os restantes à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Sociedade, periodicamente revisto e atualizado.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Estão divididas entre contas clientes e contas património, sendo as verbas constantes da conta clientes referentes a valores recebidos de clientes para entregar a companhias de seguros.

3.6.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.7 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital da Median encontra-se totalmente subscrito e realizado, com o valor de 100.000 euros (cem mil euros), dividido em 10.000 ações (dez mil ações) de valor nominal de 10 euros (dez euros) cada uma.

3.8 Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2 e 3.3 acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. São registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas dos contratos de locação financeira são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.11 Rêdito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Sociedade obtenha benefícios econ micos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Sociedade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Em 2023 a Sociedade alterou a sua política de registo do rédito, por entrada no grupo Concentra. Assim, o rédito passa a estar registado pela data de emissão dos recibos, ao invés dos recibos cobrados, permitindo, por sua vez, um maior controlo sobre as operações, e pendentes, derivado das redundâncias de controlos internos de diferentes áreas. Por outro lado, permite ainda uma maior visibilidade do negócio, em toda a sua totalidade, desde a sua emissão até   liquidação   seguradora, quer em reporte quer em matéria de relato financeiro.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente   data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis   data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente   data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Estimativa de vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

- Recuperabilidade de contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

3.13 Gastos com o pessoal

A Sociedade reconhece em gastos com o pessoal o montante das remunerações atribuídas aos recursos humanos da empresa e respetivos encargos, gastos de carácter social, seguros relativos ao pessoal e o valor com medicina higiene e segurança no trabalho, quando ocorrem. São ainda registados valores referentes a bónus ou prémios a pagar no período seguinte sempre que houver intenções por parte da administração.

4. Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos são como apresentados abaixo, não havendo saldos com restrições de utilização:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	8 116	937
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	679 013	602 557
	687 129	603 493

À data de relato existiam 100 000 euros em trânsito entre contas bancárias, derivado de uma transferência efetuada no último dia do ano, e que à data de fecho ainda não constavam dos saldos bancários. Este valor ficou imediatamente disponível em 2025.

Nada mais existia pendente.

5. Participações financeiras

Durante o exercício a Sociedade alienou a única participação que detinha, 133 UPs no fundo Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVECA:

Reconciliação de pagamentos	
Preço médio de venda por UP1	673
(-) Custo de transação por UP	38
Preço líquido por UP	635
# UPs vendidas	133
Montante a receber2	84 448
Transferência (17/01/2024)	84 448

À data da venda as UPs estavam registadas nas contas da empresa pelo valor de 153 536 euros tendo sido originado uma menos-valia de 69 088 euros.

6. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de ativos fixos intangíveis apresenta a seguinte composição:

Ativos fixos tangíveis	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Valor bruto	157 537	156 598	151 743
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(156 689)	(153 658)	(146 965)
Quantia escriturada	848	2 940	4 778
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-
Equipamento administrativo	848	2 940	4 778
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-
Quantia escriturada	848	2 940	4 778

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

	Equipamento administrativo	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2023	151 743	151 743
Amortizações acumuladas a 01/01/2023	(146 965)	(146 965)
Quantia escriturada a 01/01/2023	4 778	4 778
Aquisições	4 855	4 855
	4 855	4 855
Gastos com depreciações	(6 694)	(6 694)
	(6 694)	(6 694)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	156 598	156 598
Amortizações acumuladas a 31/12/2023	(153 658)	(153 658)
Quantia escriturada a 31/12/2023	2 940	2 940

	Equipamento administrativo	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	156 598	156 598
Amortizações acumuladas a 31/12/2023	(153 658)	(153 658)
Quantia escriturada a 31/12/2023	2 940	2 940
	-	-
Gastos com depreciações	(1 410)	(1 410)
Outros ajustamentos em ativos	(682)	(682)
	(2 092)	(2 092)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	156 598	156 598
Amortizações acumuladas a 31/12/2024	(155 750)	(155 750)
Quantia escriturada a 31/12/2024	848	848

Os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem (euro) 1 000, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando fazem parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo.

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de ativos intangíveis apresenta a seguinte composição:

Ativos fixos Intangíveis	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Valor bruto	-	3 039	3 039
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	(3 039)	(3 039)
Quantia escriturada	-	-	-
Outros ativos Intangíveis	-	-	-
Quantia escriturada	-	-	-

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

	Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2023	3 039	3 039
Amortizações acumuladas a 01/01/2023	(3 039)	(3 039)
Quantia escriturada a 01/01/2023	-	-
	-	-
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	3 039	3 039
Amortizações acumuladas a 31/12/2023	(3 039)	(3 039)
Quantia escriturada a 31/12/2023	-	-
	-	-
	Marcas	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	3 039	3 039
Amortizações acumuladas a 31/12/2023	(3 039)	(3 039)
Perdas por imparidade acumuladas a 31/12/2023	-	-
Quantia escriturada a 31/12/2023	-	-
Abates (valor bruto)	(3 039)	(3 039)
	(3 039)	(3 039)
Abates (amortizações acumuladas)	3 039	3 039
	3 039	3 039
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	-	-
Amortizações acumuladas a 31/12/2024	-	-
Quantia escriturada a 31/12/2024	-	-
	-	-

8. Locações

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são detalhados como se segue:

Locações operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Não mais de um ano	18 536	18 536
Mais de um ano e não mais de cinco anos	40 911	59 447
	59 447	77 984

Os valores dizem respeito à locação operacional de duas viaturas, com o *término* dos contratos em 17 de março de 2026 e 13 de julho de 2027.

A Sociedade não detinha quaisquer contratos com locações financeiras, à data do relato.

9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros ativos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
	Não corrente	Não corrente
Outros investimentos financeiros (nota 5)	-	153 537
	-	153 537
Outro ativo financeiro - FCT	1 233	1 233
	1 233	1 233
Total outros ativos financeiros	1 233	154 770

10. Clientes

Na data do relato a rubrica de "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes		
Clientes - Seguros	2 252 047	1 507 775
Clientes Gerais	29 906	-
	2 281 953	1 507 775
 Perdas por Imparidade acumuladas	 (10 000)	 -
	2 271 953	1 507 775

Os montantes registados na rubrica de Clientes-Seguros correspondem aos prémios de seguros emitidos e ainda não recebidos (incluindo as respetivas comissões). Adicionalmente, a Sociedade apenas paga às seguradoras os prémios deduzidos das comissões após receber dos respetivos clientes.

Os saldos reconhecidos em clientes de cobrança duvidosa correspondem a valores de clientes com risco real de incobrabilidade cujo processo de recuperação está a ser acompanhado pela área de contencioso. Desta forma, encontra-se reconhecida a perda por imparidade pelo saldo correspondente. Esta imparidade é revista, caso a caso, durante o exercício sofrendo alteração sempre que se considerar necessário, com maior ênfase para a data de relato.

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade alterou a sua política contabilística do registo do rédito, com a entrada no grupo Concentra, passando a registá-lo pela data de emissão do recibo, e não pela data da cobrança deste. Esta alteração permite um maior controlo sobre a operação, derivado das redundâncias dos controlos internos de diferentes áreas, permite ainda uma maior visibilidade do negócio, quer em reporte quer em matéria de relato financeiro.

Assim os valores acima apresentados dizem respeito aos prémios pendentes de cobrar, de recibos com data de emissão anterior à data de relato.

A variação da rubrica de perdas por imparidade diz respeito a imparidades por incobrabilidade de recibos. Esta imparidade é calculada com base no conhecimento da Sociedade, pelo que são os recibos anulados no início do exercício seguinte. Tal como referido na nota 3.12 das políticas contabilísticas, estes rácios são revistos anualmente por forma a garantir a proximidade com a realidade dos factos.

Estas rubricas são comparáveis no exercício.

11. Imparidade de ativos

Na data de relato o reconhecimento de imparidades teve o seguinte detalhe:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade
Reconhecidas em resultados				
Clientes (nota 10)	10 000	-	-	-
	10 000	-	-	-

12. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Rédito derivado da prestação de serviços	1 607 956	1 617 896
Comissões	1 607 956	1 617 896

O valor das comissões registadas foram todas adquiridas no mercado nacional.

Em 31 de dezembro de 2023 a Median alterou a sua política contabilística do registo do rédito, com a entrada no grupo Concentra, passando a registá-lo pela data de emissão do recibo, e não pela data da cobrança deste. Desta forma foi

efetuado um acréscimo às contas a 31 de dezembro de 2023, com os valores dos recibos emitidos até esta data e em estado de pendente de cobrar.

Esta alteração permite um maior controlo sobre a operação, derivado das redundâncias dos controlos internos de diferentes áreas, permite ainda uma maior visibilidade do negócio, quer em reporte quer em matéria de relato financeiro.

Assim, os valores acima apresentados dizem respeito a comissões brutas de recibos emitidos com data anterior à data do relato.

De acordo com o referido nos parágrafos anteriores as contas não são comparáveis no período.

13. Provisões, passivos e ativos contingentes:

Em 2023, por motivo da alteração no critério de contabilização as provisões contabilizadas montam a 23 855 euros, não existindo qualquer registo de provisão para 2024. A Sociedade passou a registar uma imparidade nos seus ativos, no valor de 10 000 euros para incobrabilidade de recibos (nota 10).

Não foram detetados quaisquer passivos ou ativos contingentes.

14. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Acréscimos de rendimentos	208 243	164 764
Entidades do grupo (nota 31)	725 000	-
Outras contas a receber	7 835	26 743
	<u>941 079</u>	<u>191 507</u>

15. Diferimentos ativos e passivos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos ativos		
Seguros	174	-
Outros	1 502	209
	<u>1 676</u>	<u>209</u>
Diferimentos passivos		
Comissões	33 900	-
Outros	-	450
	<u>33 900</u>	<u>450</u>

O valor das comissões a diferir dizem respeito a renovações de apólices, cujos recibos iniciais já haviam sido reconhecidos no presente exercício, e que por via da renovação cria um efeito de duplicação. Os restantes diferimentos são decorrentes da normal atividade.

16. Imposto Sobre o Rendimento

Os principais componentes de gasto/rendimento de impostos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributação autónoma	3 416	8 121
IRC	176 827	185 965
Derrama	12 773	13 426
	<u>193 017</u>	<u>207 512</u>

A reconciliação desta rubrica à data do relato é como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Resultado antes de imposto	843 804	100%	773 716	100%
Taxa de imposto do exercício (PME - até €50 000)	17,0%		17,0%	
Taxa de imposto do exercício (PME - após €50 000)	21,0%		21,0%	
Imposto esperado à taxa do exercício	175 199	21%	160 480	21%
Efeito das diferenças permanentes (a)	1 628	0,2%	25 484	3,3%
Derrama	12 773	1,5%	13 426	2%
Tributações autónomas	3 416	0,4%	8 121	1%
Gasto com IRC / Taxa efetiva de imposto	193 017	23%	207 512	27%

(a) Composição do efeito fiscal das diferenças permanentes

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
Correções exercícios anteriores	884	0,0%	111 723	3,0%
Encargos com alugueres de viaturas sem condutor	7 055	0,2%	5 007	0,1%
Ajustamentos justo valor	0	-	5 047	0,1%
Outros (Inclui Insuficiência de estimativa para imposto)	687	0,0%	0	-
Total a acrescentar (1)	8 626	0,2%	121 777	3,3%
Benefícios fiscais	0	-	423	0,0%
Outros	872	0,0%	0	-
Total a deduzir (2)	872	0,0%	423	0,0%
Total das diferenças permanentes	7 754	0,2%	121 354	3,3%
Efeito diferenças permanentes à taxa vigente no exercício	1 628	0,2%	25 484	3,3%

17. Capital próprio

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A empresa cumpre já com esta obrigação.

Por decisão do Conselho de administração, realizado em 30 de maio de 2025, foram aprovadas, e enviadas para ratificação em Assembleia Geral de Acionistas convocada para 04 de junho de 2025, as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Foi ainda proposto que do resultado líquido positivo de 650 768 euros referente a esse exercício fosse transferido para a rubrica de resultados transferidos.

18. Instrumentos Financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade
Ativos não correntes		
Outros ativos financeiros	1 233	154 770
	1 233	154 770

Ativos correntes			
Clientes			
Outros créditos a receber	2 271 953		1 507 775
Caixa e depósitos bancários	941 079		191 507
	687 129		603 493
	<u>3 900 160</u>		<u>2 302 774</u>
	31/12/2024	31/12/2023	
	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado	
Passivos correntes			
Fornecedores	2 366 448		1 466 471
Outras dívidas a pagar	351 711		183 809
	<u>2 718 159</u>		<u>1 650 280</u>

Financiamentos obtidos

Na data de relato a Median não detinha quaisquer contratos de financiamento.

19. Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal e subsídios de estágios

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos órgãos sociais	158 275	-
Remunerações do pessoal	210 177	266 662
Encargos sobre remunerações	85 956	84 206
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 027	7 264
Seguro saúde	2 918	-
Seguro vida	891	1 155
Higiene e Segurança no Trabalho	703	-
Cedência de pessoal	23 660	3 010
Outros	2 344	-
	<u>486 952</u>	<u>342 296</u>

Dos gastos de cedência de pessoal 12 301 euros dizem respeito a imputações intragrupo (nota 32). O restante valor é referente à aquisição de serviços com trabalho temporário.

20. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	-	15 412	-	73 181
Retenções efetuadas a terceiros	-	7 292	-	6 679
Imposto sobre o valor acrescentado	1 780	-	-	905
Contribuições para sistemas de proteção social	-	9 161	-	7 774
	<u>1 780</u>	<u>31 864</u>	<u>-</u>	<u>88 539</u>

21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores - Seguros	2 358 365	1 466 471
Fornecedores c/c gerais	5 093	-
Fornecedores do grupo (nota 26)	2 991	-
	<u>2 366 448</u>	<u>1 466 471</u>

22. Outras dívidas a pagar

O detalhe das rubricas de balanço de outras dívidas a pagar é como apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	124	-
Acréscimo de gastos	7 576	93 059
Remunerações a liqu dar	64 724	53 790
Comissões cedidas - CP	272 365	8 121
Outros credores	6 932	28 839
	<u>351 711</u>	<u>183 809</u>
Das quais		
Passivo não corrente	-	-
Passivo corrente	<u>351 711</u>	<u>183 809</u>

Das outras dívidas a pagar existe um saldo de 201 euros referentes a valores de pagamentos efetuados em nome da Sociedade por empresas do grupo (nota 31). Estes valores irão ser regularizados no decorrer do próximo exercício.

23. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhos especializados	51 668	73 086
Publicidade e propaganda	56 093	2 390
Honorários	3 244	7 191
Comissões	100 000	277 488
Conservação e reparação	1 120	1 918
Serviços bancários	6 197	5 204
Materials	385	2 255
Energia e fluidos	1 900	5 365
Deslocações, estadas e transportes	51 525	42 563
Rendas e alugueres	25 174	50 230
Comunicação	7 130	10 762
Seguros	18 948	15 912
Despesas de representação	2 420	2 761
Limpeza, higiene e conforto	1 213	5 864
Outros serviços	984	3 940
	<u>338 002</u>	<u>506 928</u>

24. Depreciações de ativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resumo dos gastos com depreciações de ativos é como apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos fixos tangíveis	<u>1 410</u>	<u>6 572</u>
	<u>1 410</u>	<u>6 572</u>

25. Juros e gastos e rendimentos similares

A data de relato a rubrica com juros e rendimentos similares obtidos foi como detalhe seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças câmbio favoráveis	-	66
De financiamentos concedidos a entidades do grupo (nota 32)	5 685	-
Outros rendimentos similares	-	8 874
	5 685	8 940

Os montantes apresentados na rubrica de juros e gastos similares suportados foram referentes a diferenças de câmbio registadas.

26. Variação de justo valor

Segue o detalhe com a rubrica de variações de justo valor à data de relato e período homólogo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos de justo valor em instrumentos financeiros	-	15 489
	-	15 489

No exercício de 2023 foram reconhecidos aumentos de justo valor na participação que detinha, 133 UPs, no fundo Iberis Bluetech Fund, FCR, EuVECA. Estas UPs foram alienadas em janeiro do presente exercício (nota 5).

27. Outros rendimentos

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de outros rendimentos, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	242	168 100
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	15 683
Correções relativas a períodos anteriores	181 567	26 740
Outros	4 599	385
	186 407	210 907

28. Outros gastos

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e taxas	26 065	54 143
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros (nota 5)	69 088	-
Correções relativas a períodos anteriores	884	111 773
Quotizações	22 788	33 077
Outros	1 055	821
	119 880	199 815

29. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação nos exercícios de 2024 e 2023 é como apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do período	650 787	566 204
Número médio ponderado de ações em circulação	10 000	10 000
Resultado básico por ação	65,08	56,62

30. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho da Administração a 30 de maio de 2025, sendo opinião deste órgão que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro. Contudo, as mesmas ainda estão sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

31. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são apresentados nos quadros que seguem:

Transações - gastos	31/12/2024	31/12/2023
Empresa mãe		
Concentra Inversiones		
Gastos com cedência de pessoal (nota 19)	1 808	-
	<u>1 808</u>	<u>-</u>
Outras partes relacionadas		
Gessur		
Gastos com cedência de pessoal (nota 19)	7 994	-
Concentra Insurance		-
Gastos com cedência de pessoal (nota 19)	2 499	-
	<u>10 493</u>	<u>-</u>
Mellor Seguros		
Gastos com comissões cedidas	100 000	-
	<u>100 000</u>	<u>-</u>
Total das transações em gastos	112 301	-

Não há imputação de remunerações de pessoal chave da gestão, estando apenas a ser imputado pessoal operacional e de backoffice

Transações - rendimentos	31/12/2024	31/12/2023
Empresa mãe		
Concentra Inversiones		
Juros de suprimentos (nota 25)	5 685	-
	<u>5 685</u>	<u>-</u>
Saldos com outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Empresa mãe		
Concentra Inversiones		
Suprimentos (nota 14)	725 000	-
	<u>725 000</u>	<u>-</u>
Saldos com fornecedores	31/12/2024	31/12/2023
Outras partes relacionadas		
Gessur	2 991	-
	<u>2 991</u>	<u>-</u>
Saldos com outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Empresa mãe		
Concentra Inversiones	25	-
	<u>25</u>	<u>-</u>
Outras partes relacionadas		
Mellor Seguros	176	-
	<u>176</u>	<u>-</u>

32. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos da norma da ASF nº 13/2020-R de 30 de dezembro de 2020 no seu Artigo 51º, é apresentada de seguida a informação aí solicitada, desagregada por alínea respetiva do respetivo artigo:

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações:

A política contabilística adotada para reconhecimento das remunerações, relativas a contratos de seguro está associada à data de registo dos recibos de prémio emitidos pelas Companhias de Seguro, momento a partir do qual se encontram à cobrança. Nesse momento, é reconhecida a comissão bruta correspondente.

Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

Por natureza:

	2024	2023
Numerário, cheque ou transferência bancária	1 607 956	1 617 896
Espécie		
	1 607 956	1 617 896

Por tipo:

	2024	2023
Comissões	1 527 175	1 579 670
Honorários	80 781	38 226
	1 607 956	1 617 896

A origem das remunerações acima identificadas, comissões e honorários, foi gerada com Companhias de Seguro e/ou Clientes e resulta integralmente da atividade de mediação.

Sempre que os honorários reconhecidos pela Sociedade correspondam a prestações de serviços realizadas diretamente com clientes não existem comissões liquidadas pelas Companhias de Seguros nos respetivos contratos.

As remunerações relacionadas com contratos de seguro foram recebidas através de transferência bancária, cheque ou por encontro de contas com prestações de contas a efetuar às companhias de seguro.

b) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por ramos e origem:

	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empresas de Seguros	53 410	36 232	1 428 466	1 543 438	0	0
Outros Mediadores	770	0	44 529	0		
Clientes (Outros)				0		
Total	54 180	36 232	1 472 995	1 543 438	0	0

c) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se verificaram níveis de concentração, ao nível de outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade.

Nas remunerações recebidas de empresas de seguros a Generali Seguros e a Fidelidade Companhia de Seguros apresentam um nível de concentração de 30,97% e 19,49% respetivamente no exercício findo em 31/12/2024, não existindo mais nenhuma empresa de seguros com nível de concentração superior a 25%.

d) Valores das contas "clientes"

	2024	2023
Início exercício	39 071	20 529
Volumes movimentados no período		
a débito	10 012 343	9 852 649
a crédito	9 670 084	9 834 106
Final exercício	381 331	39 071

e) Valores das contas a receber e a pagar

	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	2 298 851	
Empresa de seguros		2 346 743
Outros mediadores		11 622
	2 298 851	2 358 365

f) Valores agregados incluídos nas contas "a receber" e "a pagar"

Por natureza	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguro		316 503
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	2 270 239	2 041 862
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
Outras quantias	28 612	
	2 298 851	2 358 365

g) Antiguidade contas a receber

Não existe risco real de incobrabilidade cujo processo de recuperação esteja a ser acompanhado pela área de contencioso.

A provisão para anulações de recibos (nota 13 – Provisões) que visam acausar as anulações de recibos emitidos que possam ocorrer em exercícios futuros foram revertidas e o valor passou a ser reconhecido como imparidade. (nota – 10) Esta imparidade (cujo valor acumulado é de 10.000 Euros em 2024) é revista anualmente tendo em conta os dados históricos de perdas da empresa.

h) Garantias colaterais detidas a título de caução

No cumprimento da alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou seguro-caução destinado a cobrir o pagamento de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas e cobrir o pagamento de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios, a Sociedade contrata um seguro de caução o qual é atualizado anualmente em função do valor mínimo exigido.

i) O conteúdo desta alínea não se aplica à Sociedade.

j) O conteúdo desta alínea não se aplica à Sociedade.

k) O conteúdo desta alínea não se aplica à Sociedade.

- l) Distribuição da % de remuneração correspondente aos 4 maiores seguradores sobre o montante bruto de comissões da Median.

Empresas de Seguros	2024	%	% Acum.
Generali Seguros, SA.	472 923,61	30,97%	30,97%
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.	297 631,84	19,49%	50,46%
Ageas - Companhia de Seguros, S.A.	200 318,10	13,12%	63,57%
Lusitânia - Companhia de Seguros S.A.	104 538,18	6,85%	70,42%

- m) No exercício de 2024, não foram confiados fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.
- n) No exercício de 2024, não foram confiados fundos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.
- o) No exercício de 2024, não foram confiados fundos pelo resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes, que não lhe tenham outorgado poderes de quitação em seu nome.

33. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

No período de relato não ocorreram eventos na Empresa suscetíveis de enquadramento no âmbito de acontecimentos após a data do balanço.

34. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício, a Sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

35. Outras divulgações

Honorários do Revisor Oficial de Contas

De acordo com o disposto no artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários do Revisor Oficial de Contas, no período de 2024, foram no montante de 7 380 euros (iva incluído), relativamente à auditoria e revisão legal das contas anuais.

Dívidas à Segurança Social

De acordo com o disposto no art.º 21º do decreto-lei 411/91 de 17 de outubro, à data do relato a Sociedade não tem contribuições em mora perante a Segurança Social.

Dívidas à Autoridade Tributária

De acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, a Sociedade não apresenta dívidas em mora perante a Autoridade Tributária.

Declarações Fiscais

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000 inclusive e cinco anos a partir de 2002), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa desde o exercício de 2021 estão sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Proposta de aplicação dos resultados

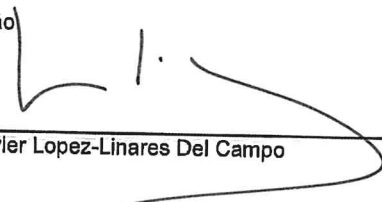
No cumprimento dos termos legais, a Administração propõe que o resultado líquido do período seja aplicado da seguinte forma:

- 100% para Resultados Transilados

O Contabilista Certificado


Marta Alexandra Martins Branquinho

A Administração


Francisco Javier Lopez-Linares Del Campo

Lisboa, 30 de maio de 2025

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Median - Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 3.905.697 euros e um total de capital próprio de 1.121.774 euros, incluindo um resultado líquido de 650.787 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Median - Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade alterou o critério de reconhecimento do crédito no ano de 2023, em que, conforme referido na Nota 3.11 do Anexo às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, reconheceu o ajustamento integralmente no resultado do ano quando deveria ter reconhecido parte do ajustamento em resultados transitados na abertura do exercício comparativo. Desta forma, não nos encontramos em condições de aferir quanto aos impactos que esta situação poderia ter nos montantes das rubricas de Vendas e serviços prestados e Fornecimentos e serviços externos do período comparativo nem na sua comparabilidade com os números do ano corrente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que expressou uma opinião não modificada e sem Ênfases sobre essas demonstrações financeiras em 12 de abril de 2024.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de junho de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2025.06.04 14:49:29+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Median - Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por ou provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com reservas, sem ênfases e com outros assuntos.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Median - Corretores de Seguros, S.A. nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2024 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2024 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2024, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardas as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas; e
- (d) A Entidade deve concluir o processo de adaptação da documentação no sentido de garantir o cumprimento integral da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto (Medidas de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo), incluindo a verificação de adequação da documentação do Grupo Concentra à realidade da Entidade e a sua atualização em função da redação atual da referida Lei.

Lisboa, 4 de junho de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2025.06.04 14:49:46+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189